



Clipping de notícias



Recife, 23 de março de 2018.

OPINIÃO

DIARIO de PERNAMBUCO

Recife, sexta-feira, 23/03/2018

A2

Editoria executiva: Paula Losada e Paulo Goethe **Editor de 1ª página e redes sociais:** Fred Figueiroa **Redatora:** Érica de Paula
Editoria de arte e multimídia: Jaine Cintra **Assistentes de arte:** Jarbas Domingos e Zianne Torres
Editora de fotografia: Teresa Mala **Assistente de fotografia:** Annaclarice Almeida

EDITORIAL

Água: a crise anunciada

O Dia Mundial da Água comemorado ontem, foi instituído durante a 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (Eco-92), realizada no Rio de Janeiro, em julho de 1992. Vinte e cinco anos depois, o Brasil recebe representantes de 160 países, entre eles 12 chefes de Estado, reunidos em Brasília, desde domingo, para tratar do tema no 8º Fórum Mundial. Cerca de 30% dos 7,6 bilhões de habitantes do planeta não têm acesso à água potável e mais de 50% não são atendidos por

serviços de saneamento básico.

Entre 1990 e 2015, aumento de 76% para 91% a parcela da população global atendida por fonte de água potável. Mas pelo menos 2,5 bilhões de pessoas do planeta não têm acesso a serviços de saneamento nem sequer a banheiros ou latrinas, revela estudo da Organização das Nações Unidas (ONU). Entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, definidos pela organização, o sexto prevê, até 2030, "assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e sa-

neamento para todas e todos".

Vários fatores contribuem para esse cenário global. A situação é agravada pela falta de planejamento na expansão das áreas urbanas, do desmatamento, da má gestão dos resíduos sólidos, do lançamento de efluentes nos cursos hídricos e do desperdício por mau gerenciamento das redes de distribuição. Embora seja considerada essencial à vida e haja consciência de que é um recurso finito, a água não tem merecido políticas públicas adequadas a sua preservação e produção.

No Brasil, 917 municípios convivem com a seca. A crise hídrica é realidade para 16% das cidades, entre elas a capital da República, que, há quase dois anos, vive em sistema de racionamento. Exceto, os municípios do semiárido nordestino, que padecem os efeitos de fenômenos climáticos, no restante das grandes cidades, a dificuldade de abastecimento de água é a ausência de reservatórios sanitários. A ausência de definição do que é prioritário para a saúde e a vida das pessoas está, na maioria das vezes, na raiz das crises na saúde e na economia.

Na primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, há 45 anos, ambientalistas e especialistas alertavam para a finitude da oferta de água e para a crise

que o planeta enfrentaria caso não revisse o seu modelo de uso e consumo. A advertência do passado se transformou em realidade. Hoje, a escassez do recurso está entre uma das principais causas dos movimentos migratórios em todo o globo, com graves impactos sociais e econômicos. A questão é uma das mais debatidas no 8º Fórum Mundial da Água, que se encerra amanhã. Garantir água para todos, como objetiva a ONU, passa não só pela revisão de prioridades das políticas públicas, mas sobretudo pela educação, para que as pessoas tenham consciência, evitem o desperdício, a poluição e a destruição dos recursos naturais.

Governo economiza R\$ 300 mil com rede de abastecimento

Trabalho coordenado pela SAD, juntamente com os órgãos estaduais, tem apresentado bons resultados.

Mesmo diante da crise econômica que o País enfrenta, o Governo de Pernambuco não tem medido esforços para contingenciar os seus gastos. Dentro desta premissa, a Secretaria de Administração (SAD), por meio da Gerência Geral de Patrimônio, Arquitetura e Engenharia (GGPAE), através da equipe do Núcleo Técnico de Água e Energia (Nutea) conseguiu economizar R\$ 300 mil, no período de agosto do ano passado até hoje. Esta economia foi possível graças ao trabalho de revisão mensal de contratos de água dos diversos prédios públicos junto à Compesa. O anúncio foi feito durante o 4º Encontro de Gestores de Água, realizado na última terça-feira (20), no auditório da SAD, no Pina, Recife.

O acompanhamento vem sendo realizado pela SAD em parceria com os órgãos do Governo. Para o secretário estadual de Administração, Milton Coelho, debater a gestão de água no Estado alerta para o consumo racional do líquido junto a todos os servidores. "Cada vez mais incutimos essa consciência de utilizar com parcimônia a água dentro do Poder Executivo. Isso reflete não somente uma economia aos cofres públicos, como também fortalece nosso papel enquanto cidadão", destacou Milton Coelho.

De acordo com o secretário-executivo de Administração, José Augusto Bichara Filho, "é gratificante ver o engajamento de tantos

servidores públicos com as questões relacionadas ao uso racional da água. Esperamos que esse encontro potencialize o papel de multiplicadores dos gestores de água, fomentando as boas práticas e uma maior atenção ao consumo de água nos prédios públicos.

Após a abertura do evento, pela gerente-geral da GGPAE, Gisele Gomes, o chefe da Unidade de Água do Estado, Luiz Gustavo Nunes, explicou a importância do controle de uso de água nos prédios públicos e o papel do gestor de água. "Dentro da gestão de água, identificamos falhas em contatos de água availables junto à Compesa. No IRH, por exemplo, havia cinco ligações (pontos) que não estavam mais sendo utilizadas. Daí, esses ramais foram cancelados junto à Companhia. São ações como estas que resultam em soluções, gerando economia para o Estado", apontou.

Nunes acrescentou que é "fundamental que o gestor passe por um curso de capacitação de gestão de água no Cefospe. Foi o caso da chefe do setor de Serviços Gerais da CPRH, Maria Ilza de Freitas. Ela participou desta capacitação e achou bastante proveitosa. "As orientações do instrutor foram válidas, pois trouxeram esclarecimentos a respeito de como identificar mais detalhadamente vazamentos e possíveis problemas nos equipamentos hidráulicos. Notadamente, tivemos uma redução no consumo de água em nossos setores da



FOTO: DIVULGAÇÃO/COMPESA

GESTORES de água participam de encontro no auditório da Secretaria

CPRH", comemorou a servidora.

Já a coordenadora do grupo AquaPoli e professora associada da Universidade de Pernambuco (UPE), Simone Rosa, destacou a parceria com a SAD firmada desde 2015. "Esta parceria tem surtido bons resultados ao longo desses anos. Nossos alunos do curso de Engenharia estão bastante engajados neste projeto. Já foram realizados

vários estudos com diagnóstico de indicadores de água em diversos prédios públicos do Estado, propõendo melhorias em relação à otimização do uso da água", atestou Simone, acrescentando que foi iniciado o cadastramento de prédios públicos hospitalares. "Já cadastramos o Procage e o Hospital Getúlio Vargas para realização deste estudo técnico", adiantou a coordenadora.

Isenção fiscal para fruticultura



A realização do primeiro Encontro de Produtores do São Francisco, na última terça (20), em Petrolina, rendeu pronunciamento do deputado Lucas Ramos (PSB), durante a Reunião Plenária de anteontem. Entre as ideias debatidas na ocasião, mereceu destaque do parlamentar a proposta de dispensar empresas exportadoras da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Segundo o socialista, a medida daria incentivo à fruticultura irrigada no Sertão do São Francisco, atividade responsável por 16 das 22 empresas em Pernambuco cuja maior fatia do faturamento tem origem em vendas no mercado internacional. "Os ganhos na geração de emprego e renda seriam essenciais", avaliou, lembrando que o benefício se estenderia para toda a cadeia. "A fruticultura tem potencial para engrenar o desenvolvimento do Estado. É preciso aperfeiçoar a atividade, investir em pesquisa e desenvolvimento e derrubar burocracias", sublinhou.

Jardim do Agreste 23/03/2018

Comunidade rural de Lajedo participa de curso de avicultura básica. Dentro o conteúdo do curso está o manejo reprodutivo, desde a escolha do local para construção do galinheiro, vacinas, combate a verminoses, manejo alimentar e manejo sanitário.



[Luiz Silva 21 de Março de 2018 Avicultura, Destaques, Lajedo, O Agreste 0 inCompartilhar](#)

A Prefeitura de Lajedo, Agreste de Pernambuco trouxe mais uma garantia de qualificação e geração de renda através do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Moradoras do sítio Gameleiro estão essa semana recebendo pela primeira vez o curso de criação de galinha caipira.



A oportunidade foi articulada pela Secretaria de Agricultura e Associação dos Artesãos Inês de Paula, com apoio da Secretaria de Cultura. Tem duração de três dias com aulas com o instrutor zootecnista Marcos Pierre. Dentre o conteúdo do curso está o manejo reprodutivo, desde a escolha do local para construção do galinheiro, vacinas, combate a verminoses, manejo alimentar e manejo sanitário.

Qualquer pessoa de Lajedo pode participar dos cursos ofertados pela Associação. Dessa vez foi na zona rural, mas frequentemente o município recebe cursos na cidade. Para participar, basta se inscrever no Centro de Cultura, sede da Associação, que fica na Av. 19 de Maio (por trás da Igreja Matriz



Blog do Nill Júnior

[Agricultura familiar defende produção de alimentos com sustentabilidade ambiental](#)

Publicado em [Notícias](#) por [André Luis](#) em 22 de Março de 2018



O Dia Mundial da Água, celebrado em 22 de março, é uma data que nos leva a refletir sobre o uso, consumo e preservação deste bem tão precioso para a sobrevivência dos povos e de toda a biodiversidade no planeta Terra. A Organização das Nações Unidas (ONU) escolhe um tema a cada ano para fomentar o debate nessa data e, em 2018, é “A natureza pela água”, referindo-se ao uso de soluções baseadas no meio ambiente para resolver problemas de gestão dos recursos hídricos.

Segundo a ONU, o objetivo é pensar em estratégias que foquem na gestão de vegetações, solos, mangues, pântanos, rios e lagos, que podem ser utilizados por suas capacidades naturais para o armazenamento e limpeza da água.

Atualmente, 1,8 bilhão de pessoas consomem água de fontes que não são protegidas contra a contaminação por fezes humanas. Mais de 80% das águas residuais geradas por atividades do homem — incluindo o esgoto caseiro — são despejadas no meio ambiente sem ser tratadas ou reutilizadas. Até 2050, a população global terá aumentado em 2 bilhões de indivíduos, e a demanda por água poderá crescer até 30%.

A agricultura patronal, ou seja, o agronegócio é responsável por 70% do consumo de recursos hídricos — a maior parte vai para a irrigação das plantações; e é seguido pela indústria, que responde por 20% da água utilizada em atividades humanas. O uso doméstico representa apenas 10% do consumo total, e a proporção de água potável que é bebida pela população equivale a menos de 1%.

Com as transformações do clima e a manutenção de padrões insustentáveis de produção de commodities por parte do Agronegócio para a exportação, a poluição e a desigualdade na distribuição e acesso vão se agravar, bem como os desastres associados à gestão da água.

É nesse sentido que a agricultura familiar vem aprofundando o debate e a proposição de políticas públicas que visem o uso racional da água na produção de alimentos, com a inserção de novas tecnologias e práticas sustentáveis, como é o exemplo do gotejamento, do aproveitamento das águas das chuvas, a diversificação de culturas como forma de evitar a erosão do solo, entre outras medidas incentivadas pela CONTAG, Federações e Sindicatos e já trabalhadas por milhares de agricultores e agricultoras familiares brasileiros.

Muitas dessas experiências estão sendo apresentadas no Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), realizado de 17 a 22 de março, em Brasília, bem como está sendo aprofundado o debate sobre os impactos com uma possível privatização da água. A CONTAG está com uma grande delegação participando do evento, aproximadamente 300 pessoas de todo as regiões brasileiras.

Infelizmente, não é somente o risco à privatização da água que preocupa os agricultores e agricultoras familiares. Segundo o secretário de Meio Ambiente da FETAEMA, Antonio Sorriso, o avanço do agronegócio e de outros projetos em diversas regiões no Maranhão ameaça a sobrevivência da agricultura familiar com a restrição do acesso à água. “No Maranhão, um dos problemas que enfrentamos é o avanço do Matopiba. Quanto mais avança o projeto do agronegócio, mais dificulta o acesso à água pelos agricultores e agricultoras familiares. Na região de Alto Turi, o problema é gerado pela mineração, pois os garimpos ficam próximos às áreas de assentamento; já na região do Baixo Parnaíba temos o avanço do eucalipto; e na Baixada Maranhense, por motivo de criação de búfalos na região, os lagos e rios estão desaparecendo, sem contar no desmatamento na margem dos rios. Todos esses fatos vem causando transtornos no Maranhão e o FAMA vem como uma esperança sim, pois nos traz grandes diálogos e conhecimento para levarmos para a base para que todos os problemas sejam resolvidos”, relata o dirigente do Maranhão.

Vários municípios do Espírito Santo também sofrem com a falta de água em períodos de seca que se repetem ao longo dos anos. O agricultor familiar de Cachoeiro do Itapemirim/ES, Gilmar Araújo, disse o mau uso do solo na sua região acarretou em uma seca severa e em mudanças climáticas que estão impactando cada vez mais. “Em Cachoeiro do Itapemirim tivemos o apoio da prefeitura para o transporte da água até as propriedades e até as casas nas comunidades rurais. O gado ficou praticamente sem água. Estamos pensando em algo mais forte, um projeto maior de recuperação das nascentes. O FAMA é tudo o que a gente esperava. Nós temos que multiplicar esses momentos e dar uma resposta de toda a agricultura familiar do País. Somos formadores de opinião, somos produtores de alimentos saudáveis, com produção limpa. Então, merecemos por parte do governo toda a atenção possível”, destaca o agricultor familiar capixaba.

No entanto, muitos problemas com acesso à água também são causados por crimes ambientais, como é o que vem ocorrendo no Pará com a poluição das suas águas. O caso mais recente aconteceu em Barcarena/PA, em meados de fevereiro desse ano,

quando a refinaria da Hydro Alunorte despejou material tóxico em uma região de floresta, contaminando as águas e o solo. A agricultora familiar Fátima Dias vive na região e sente na pele os efeitos desse e de outros crimes ambientais.

“O vazamento de rejeitos no rio em Barcarena foi mais um crime ambiental. É porque esse ganhou grande repercussão na mídia. Mas já tivemos 15 vazamentos anteriores também com materiais tóxicos. Então, estamos naquele polo industrial sofrendo. A nossa agricultura familiar da região está praticamente acabando, porque não tem como trabalhar uma terra se o solo está todo contaminado. Nós dependemos da água para tudo. Hoje não vemos solução, pois as indústrias chegaram e se instalaram na região e nós somos tratados como intrusos, mas na verdade somos naturais dessa terra. Além disso, estamos sofrendo com ameaças por parte do grande capital que se instalou na nossa terra e com o grande número de pessoas com câncer, com problemas de pele e outras doenças”, denuncia a agricultora familiar paraense.

Segundo a secretária de Meio Ambiente, o FAMA tornou-se uma junção e a unidade de todos os povos. “Estamos na luta pela água para que ela seja livre, para que seja dos povos, para que seja de todos e de todas, para que a gente possa produzir e continuar alimentando o nosso País de forma sustentável e igualitária para todos. Estamos unindo nesse momento o campo e a cidade para que a gente discuta com responsabilidade a questão da água. A água representa tudo, e a vida principalmente, porque sem água não podemos produzir”, destaca Rose, que completa: “A agricultura familiar não é só protetora do meio ambiente, como é a guardiã das águas também. Se não tivermos água para produzir, não conseguiremos alimentar o nosso País. Não aceitamos a privatização da água. Água é um direito, não mercadoria!”, defende a dirigente da CONTAG.

Projetos de piscicultura financiados pelo ProRural abastecem os mercados de peixe para a Semana Santa

22 de março de 2018, às 17h26min | [Economia](#), [Emprego](#), [Meio Ambiente](#)



O investimento do Governo de Pernambuco na piscicultura transformou a economia da região e a vida de muitos sertanejos que hoje vivem da produção do peixe.

A produção de tilápia, dos projetos financiados pelo Governo de Pernambuco e pela Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, através do ProRural, vai abastecer grande parte dos mercados de peixe para a Semana Santa. Com um investimento de aproximadamente R\$ 3 milhões, em dez projetos já concluídos e outros seis em implantação, os piscicultores familiares organizados em associações e apoiados pelo Programa serão responsáveis por quase 400 toneladas do pescado negociado durante a quaresma.

A tilápia que será vendida nas feiras livres do Sertão de Itaparica e de outros Estados, nesse período, devem movimentar a economia local com um aporte de mais de R\$ 2,5 milhões vindo da piscicultura. A procura pelo produto começa a crescer gradativamente nos meses

de fevereiro e março, mostra também a valorização do pescado de qualidade produzido pelos produtores familiares e individuais da região, incentivados pelo Governo do Estado.

Durante a Semana Santa 2018, a expectativa dos piscicultores é de que todo o pescado disponível seja negociado neste período. Totalizando, a produção das associações que já produzem uma média de 12 toneladas/mês, mais de 200 toneladas de tilápia ainda chegará às mesas dos consumidores até o final de março.

Pioneiro na implantação de projetos produtivos desde 2004, o ProRural analisa agora a implantação da planta frigorífico de beneficiamento do pescado. Segundo o coordenador do Escritório do ProRural em Petrolândia, Kleyton Lima, o novo projeto, orçado em R\$3 milhões, vai atender uma demanda da cooperativa dos piscicultores da região, para que possam acessar novos mercados institucionais (PNAE, PAA) e comércio varejista. “Além disso, com o beneficiamento do filé de peixe e subprodutos, será permitido aos produtores agregar valor à tilápia, como também atender as condições sanitárias exigidas por lei”, informa.

Para fomentar a piscicultura que ainda é crescente no Sertão Pernambucano, o ProRural/FECope presta ainda assistência técnica, com acompanhamento mensal realizado por engenheiros de pesca. Junto com as associações, os profissionais realizam planejamento gerencial e produtivo, para que a produção de períodos sazonais como da Semana Santa atenda as exigências e quantitativos do mercado que hoje já tem uma demanda maior do que a oferta, o que contribui expressivamente para a melhoria da rentabilidade dos piscicultores organizados em associações.

Segundos dados da Embrapa/UNEB, o Polo do São Francisco, nos estados de Pernambuco, Bahia e Alagoas, nos Lagos de Moxotó, Itaparica e Xingó, é o segundo maior polo de produção de tilápia do Brasil, com a produção de aproximadamente 50 mil toneladas em 2017. O município de Jatobá/PE é o maior produtor de tilápia do estado de Pernambuco, seguido, respectivamente, de Petrolândia, Itacuruba e Belém do São Francisco, todos do Sertão de Itaparica.

Secretário do **POVO**

[Venda de produtos de agroindústria financiada pelo ProRural fortalece grupo de mulheres do Agreste](#)



Para as mulheres boleiras do Assentamento Normandia o trabalho tem um significado maior do que empreendimento e lucratividade. Em um espaço da

agroindústria financiada pelo Governo de Pernambuco e Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, através do ProRural, as mulheres se encontram para cozinhar bolos e pães, mas além disso, se juntam para falar de assuntos de saúde, cultura, moda, beleza, entre outros, que enriquecem mais a autoestima e melhora a qualidade de vida das agricultoras do que visam o ganho financeiro.

O grupo de oito mulheres foi formado a partir de uma necessidade da Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Normandia, localizado na BR 104, em Caruaru, para atender uma demanda do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do município no fornecimento de bolos para a merenda das escolas. Hoje têm contrato para entrega de 10.100 quilos de bolos para a Secretaria de Educação da cidade e já abrem novos mercados, que agregam até R\$450,00 de renda extra com a venda de bolos.

Para uma das mulheres da associação, Mauricéia Matias, as profissionais são muito mais do que um grupo de boleiras. "Somos um grupo de mulheres que tratamos de assuntos de mulher, inclusive de ganhar dinheiro. Todas nós temos outra renda, mas aqui tem gente que cura até depressão", diz Mauricéia. Ela lembra ainda que o grupo tem mulher de mais de 70 anos, assim como de 20 anos, que se encontram mensalmente para dividir mais do que trabalho e lucro, mas para tratar da vida.

O espaço das mulheres da Normandia não se restringe a produção de bolos. Dos 38 trabalhadores da agroindústria, 23 são mulheres. Elas ajudam a processar aproximadamente 150 toneladas/ano de alimento (carnes e tubérculos), que são fornecidos para 177 escolas de 39 municípios do Agreste e Zona da Mata Sul. Com o trabalho em regime de diárias, onde recebem R\$ 50,00/dia, chegam a receber mais de R\$ 1mil por mês. O projeto, orçado em R\$ R\$ 359.849,00, e financiado pelo Projeto Pernambuco Rural Sustentável (PRS), com verba do acordo de empréstimo com o Banco Mundial, já movimenta R\$ 5 milhões por ano.

Novos Mercados

Com a colaboração do Grupo de Consumo Responsável Fruto da Terra, os produtos das boleiras de Normandia chegaram aos consumidores do Recife. A cada 15 dias, elas e mais seis agricultores da região Agreste montam barracas na Universidade Católica de Pernambuco para vender os produtos que vêm direto da agricultura familiar para o consumidor.

A ideia do grupo de consumo, hoje formado por aproximadamente 60 pessoas entre voluntários e consumidores, é contribuir para a comercialização baseada na autogestão, na produção agroecológica e do comércio justo, responsável e consciente. Assim, cada produtor chega à feira com a maior parte da produção já vendida e com o apoio dos parceiros (UFRPE, IPA, Instituto Humanitas), vende cem por cento do que trazem do campo para comercializar na capital.

Segundo o professor da Universidade Federal Rural de Garanhuns, Caetano De Carli, trabalhar a comercialização de produtos da agricultura familiar foi uma demanda do Fórum de Desenvolvimento Local do Agreste de Pernambuco, e com o Grupo de Consumo, hoje já são vendidas 10 cestas com produtos em cada feira, o equivalente a R\$1.500, que representa apenas vinte por cento dos produtos trazidos pelos agricultores. “Eles vendem tudo o que trazem e ainda há mercado para mais”, enfatiza.

Serviço: Encomendas com o grupo de boleiras e demais agricultores através dos contatos:

Normandia: [BR 104, 2º Distrito de Caruaru](#), em frente ao Parque Milano, fone: (81) 9.9499.3040

Grupo Fruto da Terra: [cirandas.net/frutodaterra](#), grupofrutodaterra@gmail.com ou pelo fone: (81) 9.9449.

Blog Zulene Alves

[Secretário Wellington Batista participou do 11º Fórum dos Gestores da Agricultura Familiar do NE e Minas Gerais](#)

Publicado em Quinta, 22 Março 2018 15:25 | Escrito por Zulene Alves



O secretário de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco (SARA), Wellington Batista, participou nesta quinta-feira(22/03) da abertura da 11ª Reunião do Fórum Regional dos Gestores Responsáveis pelas Políticas de Apoio à Agricultura Familiar do Nordeste e Minas Gerais. O encontro, que acontece até amanhã (23/03) em Fortaleza, Ceará, visa discutir ações e projetos relacionados a agricultura familiar e a segurança hídrica.

Neste primeiro evento de 2018, o Fórum reuniu secretários das pastas ligadas à agricultura familiar, além de presidentes da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), governadores, técnicos, movimentos sociais e estudiosos da área rural.

Criado em 2015, o evento segue em seu terceiro ano de atividades, após percorrer os dez estados no seu primeiro ciclo de debates. "O fórum, de extrema importância, é um espaço de diálogo com os gestores públicos do Nordeste, organismos internacionais, movimentos e sindicatos, que visa discutir a conjuntura da agricultura na região e a ampliação das parcerias e políticas públicas implementadas", falou o secretário de Agricultura e Reforma Agrária, Wellington Batista.



Esta edição foi executada pelo Governo do Ceará, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), com apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), Programas de Gestão do Conhecimento para zonas do Semiárido do Nordeste (Projeto Semear, Fida, IICA). Também contou com a presença de órgãos internacionais BIRD, secretários do Nordeste e Minas, presidente da Contag e movimentos Sociais.